

A FAMÍLIA CARNEIRO DA CUNHA E A EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE¹

Cristiano Ferronato²

Este texto surgiu a partir de uma pesquisa de mestrado que desenvolvemos no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba com o Título *O Papel da Educação na construção do Estado Nacional : o debate sobre a Educação na Assembléia Geral e Constituinte do Império do Brasil-1823*. Esta pesquisa também está vinculada aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa em História da Educação na Paraíba Imperial (GPHEPI) ³. Grupo este vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História na Universidade Federal da Paraíba e ao Núcleo de Documentação e Informação de História Regional – NDHIR/UFPB e mantém relação também com o GT-PB do HISTEDBR- História, Sociedade e Educação no Brasil que tem sua sede na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

O Grupo de Pesquisa conta com a coordenação dos professores Cláudia Engler Cury e Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e com a participação de alunos de mestrado em Educação e História e da Graduação em História que têm suas pesquisas vinculadas à instrução pública na Parahyba do Norte no período imperial⁴.

O desejo de se trabalhar com a educação paraibana no século XIX se deu por considerarmos que a pesquisa historiográfica relativa ao período imperial da Paraíba ainda está por ser feita. Alguns pesquisadores regionais têm se empenhado em analisar a educação na Paraíba imperial, mas acreditamos que ainda existem algumas lacunas que precisam ser preenchidas e o grupo se propõe a preencher algumas destas lacunas.

A Parahyba do Norte é uma das Províncias mais antigas do Brasil por isso como diz PINHEIRO (2006) “guarda uma significação histórica que precisa ser mais bem conhecida e analisada” ⁵. Por isso a importância do desenvolvimento de tais pesquisas. Neste texto pretendemos analisar o desenvolvimento da educação na então Província da Parahyba do Norte a partir da influência do Seminário de Olinda na juventude paraibana e principalmente da atuação de uma família de origem dos ramos da tradicional oligarquia canavieira pernambucana, mas que tem estreita ligação com a Província paraibana, a família Carneiro

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História da Educação no Contexto da Cultura Histórica”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Aluno do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Paraíba. E-mail: cristianoferronato@hotmail.com.

³ Blog do grupo: <http://historiadaeducacaopb.blogspot.com>.

⁴ Fazem parte do grupo Cristiano Ferronato, Ramsés Nunes e Guaraciane Mendonça (mestrandos), Jandynéia de Paula Carvalho e Fábio Luiz Pimentel (graduandos em História)

⁵ PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **As “peculiaridades” da Instrução Pública e Particular na Província da Parahyba do Norte (1860 a 1889)** Congresso Luso Brasileiro, Uberlândia, 2006 .

da Cunha. Dentre os integrantes desta família escolhemos 3 que acreditamos tiveram participação neste desenvolvimento educacional: Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, Manuel Maria Carneiro da Cunha e Estevão Carneiro da Cunha.

Com a proclamação da Independência, em 1822 a educação passou a ser um dos temas importantes para a consolidação do Estado Nacional. Neste momento o Brasil sofria a penetração das idéias democráticas de Jean Jacques Rousseau e da Revolução Francesa, idéias que muito influenciavam os jovens naquele momento. Na Província da Parahyba do Norte estas ideias chegavam a partir de estudantes da aristocracia que iam fazer faculdade na Europa e tinham contato com o que lá era produzido e na volta traziam estes conhecimentos. Outra parte destes estudantes partia para o já famoso Seminário do bispo Azeredo Coutinho, o Seminário de Olinda como ficou conhecido.

Neste período, temas como a educação, começam a preocupar os dirigentes da nova nação. Por isso a educação foi um dos temas inseridos nos debates da Assembléia Constituinte de 1823, levando a debates muito acalorados entre os deputados, como podemos perceber em nossa pesquisa de mestrado nos Anais da Assembléia Geral e Constituinte do Império.

Para analisarmos as atividades dos Carneiro da Cunha relativas à Educação utilizamos como fonte algumas falas e discursos realizados por presidentes da Província da Parahyba do Norte encaminhados à Assembléia Legislativa Provincial, documentos da Fundação Espaço Cultural (Funesc) e os já citados Anais da Assembléia Geral Constituinte do Império do Brasil. Estas são nossas principais fontes, mas não tratamos estes documentos como verdades absolutas, visto que como diz LOPES(2001):

“embora a “revolução documental” também, tenha atingido e marcado profundamente o campo da história da educação, os pesquisadores têm insistido na necessidade de, mesmo para aqueles que abordam novos temas e que se utilizam de fontes não-tradicionais, de recorrerem aos arquivos propriamente ditos. Mas em vez de fetichizarem o documento acreditando que ele possa falar toda a verdade, os historiadores têm se esforçado em problematizar essas fontes”⁶.

A utilização das fontes é essencial para a afirmação da pesquisa em história da educação. A história da educação enquanto ato da história humana, mas estando centrada na esfera do fenômeno educacional não se afirma sem a história e nem sem suas determinações. Assim, trabalhar na esfera da história da educação é também uma forma de estudar e registrar a história de um determinado ponto de vista. Saviani nos indicou isso ao falar da Filosofia e da História na compreensão e no trato dos problemas da educação, afirmou ele, “a filosofia não se dá no vazio, da mesma forma que a História não se dá no abstrato; quer

⁶ LOPES, Eliana Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Ed. Ática. 4º ed. (Série Princípios), 2001 p. 81.

dizer, a Filosofia é uma atitude que se dirige a algo e a História é uma história concreta, portanto história de alguma coisa”⁷.

Alguns pesquisadores afirmam que a História da Educação no Brasil, ainda esta estaria por ser escrita e padeceria de carências de levantamentos de fontes e de conhecimentos dos princípios da pesquisa histórica por parte dos educadores e dos que a têm escrito. Isso sinalizaria a cientificidade do gênero em nossa visão e a referência à necessidade de consulta a fontes documentais, além da denúncia do vício da compilação. Rodrigues indica na sua tipologia e inclui a legislação, os anais de parlamentos, os relatórios de províncias, os planos de obras e de reformas. Ressalta ainda que:

“as discussões da atualidade educacional e os documentos oficiais, as interpretações críticas sobre a moderna e contemporânea pedagogia, os estudos e pesquisas sobre o ensino de certas disciplinas, os estudos biográficos de educadores, as pesquisas históricas, os artigos de revistas e de imprensa e os dados estatísticos”.⁸

Assim em tal tipologia o documento escrito se impõe sobre os outros tipos de testemunhos históricos.

Se considerarmos que o modelo de Ciência que o pesquisador utiliza instala uma relação entre este e a fonte, aqui entendida como um testemunho histórico produzido nas relações da história em ato teremos então, uma dada natureza para a fonte. Essa natureza é fortemente influenciada ou determinada pelo modelo científico adotado pelo pesquisador. Tal natureza pode contemplar o dado do passado sobre o presente como algo já pronto, acabado. Isso faz prevalecer a “objetividade” registrada sobre o sujeito que estará resgatando esse dado. Portanto essa fonte seria uma “depositária acabada” e falaria por si mesma. O pesquisador seria apenas um leitor fiel do conteúdo não lhe seria permitido acrescentar nada do que ela não contenha. Mas a natureza da fonte poderá ser colocada a partir da consideração de que, se o documento seja de que tipo for escritos objetos, palavras, música, literatura, registra os momentos vividos pelos grupos humanos e classes sociais ele também vai silenciar os mistérios de sua produção e de seu conteúdo. Como diz LeGoff (1984 p.103) “No limite, não existe documento-verdade. Todo documento é mentira”⁹. Portanto, a fonte passa a ser um dado indicativo, inacabado da história. Já a relação do pesquisador com a fonte se constitui como sendo aberta a perguntas e à desfetichização do conteúdo da fonte.

A concepção de história pode levar à ampliação das fontes sejam estas orais, escritas, iconográficas. Mas pode levar também ao seu reducionismo, como por exemplo, o

⁷ SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1980. p.34

⁸ RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**, 5ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978 p. 196-198

⁹ LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. IN: Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984 p.103

documento oficial; adoção de modelos da relação pesquisador-fonte, subordinando o primeiro ao segundo além da atitude de diálogo e inquirição do sujeito ao objeto do conhecimento. Poderá levar também a considerar como protagonistas ora personalidades providenciais, no chamado personalismo de dirigentes ou “heróis”, ou mesmo todos os homens nas suas lutas.

As fontes carregam suas marcas temporais, carregam sua historicidade. O documento enquanto fonte e testemunho da história, fala de sua época e foi produzido por condições nela criadas, pois cada época cria suas próprias fontes ou dá as fontes remanescentes de outras épocas sua interpretação.

Sobre isso afirma LeGoff:

“O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou não, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento, que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao seu futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”.

Percebemos a fonte como um dado indicativo da história e a relação pesquisador-objeto como uma relação de caráter aberto, de pergunta e escuta sobre o que as fontes nos dizem ou silenciam. É uma relação de reconstrução em que o passado e o presente mostram-se cúmplices.

Falar ou escrever sobre a perspectiva que pretendemos adotar em um trabalho não é uma das tarefas mais fáceis. Esta tarefa piora ainda mais quando nos propomos a trabalhar com cultura e a História Cultural. Isso se deve ao fato de que hoje tudo nos parece estar impregnado pela cultura. Esta se transformou numa categoria muito importante, ou talvez na categoria mais importante para o entendimento da sociedade contemporânea. A história cultural transformou-se hoje na principal fronteira dos estudos históricos, isso porque não há entradas privilegiadas nem exigências prévias para o estudo das culturas. Estas exigências prévias que faziam parte das concepções totalizantes (hegelianas ou não), mas sempre marcadas por categorias teleológicas que observavam a história como exemplo de evolução “progressiva” e de conjunto da humanidade.

A história cultural é um campo que hoje se encontra em grande crescimento em todos os centros de pesquisa no mundo. Isso vem favorecendo o crescimento também dos horizontes da reflexão histórica que tem assim mais e diferenciadas vertentes. Essa diferenciação de enfoques leva a grandes críticas, mas como diz SOIHET: “De qualquer forma, a pluralidade é uma característica desse campo, do que decorre uma dimensão saudável, revelando a

convivência de contrários, emergindo do debate novas possibilidades e esclarecimentos”¹⁰. O alargamento de horizontes históricos “leva a uma aproximação entre a história cultural e a história política após um período de certo abandono devido a críticas dos Annales ao que estes denominavam de *histoire evenementielle* ou historicizante”¹¹. Hoje a história política vive um período de agradável recuperação de seu valor científico. Além dos chamados clássicos toda uma geração de novos trabalhos têm surgido no campo da história cultural e estão sendo revisitados como um dos resultados de tal movimento.

Sobre este alargamento das fontes também na História da Educação, Evaldo Vieira já denunciava em 1982 o caráter idealista existente nas visões historicizantes e também historicista desta, e propõe que se amplie seu campo de historicidade, mostrando os processos contraditórios, os projetos educacionais da classe dominante, suas concretizações ou não e seus avanços ou retrocessos, ou seja, suas determinações históricas de tempo e espaço. Diz Vieira: “É imprescindível evitar dogmatismos e profissões de fé, assim como é importante criticar a mera descrição e a simples colcha de retalhos metodológicas sem qualquer coerência”¹².

O Seminário de Olinda e sua influência na Parahyba do Norte

A fundação em 1800 do Seminário de Olinda marcou profundamente a região nordeste e a Parahyba neste período que alguns denominam como o período da “ilustração brasileira”. O fundador Azeredo Coutinho tinha origem nos engenhos de açúcar da região fluminense. Sua formação também passa pela geração de estudantes de Coimbra no Seminário Nossa Senhora da Graça, e é um dos responsáveis pela introdução do ensino de ciências no Brasil. O Seminário realizava uma função de escola secundária. Isto é, ficava entre o ensino elementar e o superior. Tinha entre suas aulas um conjunto de aulas régias e eclesiásticas que tinha como função básica a formação de quadros para a organização do estado, O Bispo Azeredo Coutinho dizia:

“que quando o habitante dos sertões e das brenhas for filósofo quando o filósofo for habitante das brenhas e dos sertões, ter-se-á achado o homem próprio para a grande empresa das descobertas da natureza e dos tesouros; o ministro da religião, o pároco do sertão e das brenhas, sábio e instruído nas ciências naturais, é o homem que se deseja”¹³.

¹⁰ SOIHET. R, BICALHO M.F.B.,GOUVEIA M.F.S. **Culturas Políticas, ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005 p.6.

¹¹ Idem 2005 p.8)

¹² VIEIRA, Evaldo. Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo. **Educação e Sociedade**. São Paulo, Cortez, 4(12), set. 1982. Congresso Luso Brasileiro, Uberlândia

¹³ HOLLANDA, Sérgio Buarque de.(org) **Obras econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho**. São Paulo: Nacional, 1966, p. 212.

ALVES (1993) afirma que enquanto na França o processo revolucionário se tornava cada vez mais sangrento levando reis e nobres à guilhotina, os padres eram afastados da escola laica que emergia das propostas revolucionárias formuladas para a instrução pública¹⁴. No Brasil, em época correspondente teve lugar:

“ a implantação de uma escola cujo projeto pedagógico visou atender necessidades nitidamente burguesas, segundo o que se pretende demonstrar , mesmo tendo vicejado no interior da Igreja Católica e mesmo sendo, o seu idealizador, um homem muito diferente do livre-pensador francês, pois defensor do absolutismo e da escravidão. O Seminário de Olinda foi essa escola e o bispo Azeredo Coutinho foi esse Homem”¹⁵.

A fundação desta escola veio atender a uma lacuna na região nordeste que carecia de locais para a formação de uma juventude que anseava em se apoderar de instrumentos intelectuais, para assim realizar seus projetos de emancipação e se inserir na elite se diferenciando da população escrava. Na Paraíba especificamente depois de sucessivos pedidos o Marques de Pombal, por Carta Régia de 17 de abril de 1766¹⁶ ordenou a criação de uma cadeira de Latim que só viria a ser ocupada em 12 de novembro de 1783 pelo professor João Adolfo, com o ordenado de trezentos mil réis, este que viria a ficar na história da educação paraibana como o primeiro professor a receber subvenção do estado. Esta data é considerada por alguns pesquisadores como o marco do começo do ensino oficial na Paraíba. João Adolfo após o seu falecimento foi substituído pelo Padre Antonio Trindade Antunes Meira e posterior a este o Padre Joaquim de Brito Baracho.

O ensino passou a ser realizado, mas não mudou muita coisa na região desde os períodos dos jesuítas. A fundação do Seminário de Azeredo Coutinho despertou este interesse na Província da Parahyba do Norte. A Parahyba vivia a muito a tempo sob a influência pernambucana e quando do desmembramento em 1799 o Bispado de Olinda continuou influenciando a região. Assim, com a maior parte dos jovens da Parahyba estudando no Seminário podemos supor que os mesmos sentimentos liberais daquela província, com quem mantinha também relações de parentesco familiar muito grandes, se espalhassem pelas terras paraibanas. O Seminário de Olinda que foi o foco de irradiação da Revolução de 1817 tinha um número considerável de alunos da Parahyba, por isso a participação dos jovens da Província neste levante será muito significativa.

Um destes jovens que estudaram no Seminário de Olinda e que teve participação em 1817, foi um dos integrante da família Carneiro da Cunha foi Estevão José Carneiro da Cunha.

Muitos dos participantes do movimento de 1817 ex-alunos do Seminário exercerão a função de padres-mestres desta escola. Entre estes os Padres Gonçalo Borges, e o Padre de

¹⁴ ALVES, Gilberto Luiz. **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda**. (1800-1836) Ibitinga, SP:Humanidades, 1993. p.12

¹⁵ Idem nota 4

¹⁶ MELLO, Jose Baptista. **Evolução do Ensino na Paraíba**. João Pessoa: 1996 (Coleção Biblioteca Paraíba) p. 29.

Pombal José Ferreira Nobre¹⁷. Este último depois de preso e libertado será eleito para a Assembléia Geral e Constituinte do Império do Brasil de 1823¹⁸. Um destes estudantes que tiveram sua formação no Seminário de Olinda foi Estevão José Carneiro da Cunha, que foi matriculado como estudante “de fora” na cadeira de Geometria com mais dois alunos apenas. Estevão José Carneiro da Cunha se tornou militar desde cedo, por isso esta cadeira foi muito importante para sua carreira, visto que esta tinha tratava de assuntos como Épocas, Medidas de Tempo, Situação Geográfica dos Lugares, Operações Táticas de Campanha etc. Mantendo os costumes da época que envolvia mesmo uma prática socioeconômica de conservação das grandes riquezas familiares Estevão se casou com a irmã de um dos líderes do movimento na Paraíba, Amaro Gomes Coutinho. Estevão era um soldado muito profissional e todos os conhecimentos apreendidos no Seminário eram por ele utilizados. Quando da fuga de Borges da Fonseca, Estevão permaneceu á frente até á rendição final, fugindo e se escondendo em suas terras onde escreveu algumas cartas na tentativa de livrar-se das acusações de Francisco Xavier Monteiro da Franca, membro do governo provisório. Que foi absolvido e eleito para o novo governo. Nestas cartas a sua formação militar e a formação racional e moral iluminista adquirida no Seminário transparecem. Estevão fugiu para a Inglaterra num navio de bandeira americana, escapando do triste fim de seu cunhado que foi esquartejado no Recife. Voltou em 1821 e foi conduzindo logo à presidência da Província da Parahyba do Norte, onde começa uma carreira política e se torna, junto com toda a família Carneiro da Cunha, um defensor da monarquia¹⁹. Neste cargo desenvolveu várias atividades em torno do desenvolvimento da educação na região, com a criação de muitas cadeiras de primeiras letras no interior da Província, e também dava os primeiros passos para a futura instalação no governo de seu tio Manuel Maria Carneiro da Cunha do Liceu Paraibano. Estevão José Carneiro da Cunha esteve por quase um ano na presidência da Província e o que tinha apreendido no Seminário foi colocado em prática, por exemplo, realizando várias melhorias na Capital, como iluminação e reformas de prédios, como o do jesuítas. O que podemos notar numa carta de resposta que versa sobre o recebimento de 5 portarias, a José Joaquim Carneiro de Campos ele diz:

“Quanto á terceira(portaria) ficamos certos de que a renda da Décima se não deve inclinar para a iluminação desta Capital, visto já ter aplicação legal, e fica destinada para a Capela do Batalhão de primeira linha o Templo dos Jesuítas”²⁰.

¹⁷ Os outros representantes da Província foram: Augusto Xavier de Carvalho, José da Cruz Gouveia e Joaquim Manuel Carneiro da Cunha.

¹⁸ **DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL-1823**. Câmara dos Deputados. 1973, t.I p. 2

¹⁹ Outro membro da família Carneiro da Cunha o Barão de Abiai dirá sobre isso: “quando mesmo a república domine em toda parte, a Parhyba estará firme ao lado do trono.

²⁰ **As Juntas Governativas e a Independência**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1973, p. 645.

Em todos os seus escritos podemos perceber uma linguagem com uma grande influência iluminista. Na sua gestão as tabelas de vencimentos dos professores foram reformadas sendo elevadas para 200 mil réis os da escola primária, e para 300 mil réis, os da cadeira de Latim e de Geometria pelo Edital de 21 de Junho de 1823 da Junta Governativa que teve como lente seu companheiro de armas Joaquim José de Souza. Uma cadeira de Filosofia racional e Moral também foi criada, mas, não vingou. Os reflexos do iluminismo pombalino via Seminário de Olinda estavam presentes nas realizações de Estevão José Carneiro da Cunha, que tentava assim dar solução a um dos problemas mais imediatos reclamados pela mocidade paraibana que era a questão do fornecimento de uma educação que pudessem ter na própria Província sem terem que se deslocar para Pernambuco. Assim com mais sucesso foram criadas cadeiras de latim nas Vilas de Pilar, Nova da Rainha, Brejo da Areia e Souza, com os ordenados anuais de 240 mil reis, e cinco de primeiras letras, em Bananeiras, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo e Serra da Raiz, com 150 mil reis.

Outro importante membro da Família Carneiro da Cunha que teve uma importante participação na consolidação do processo de desenvolvimento da educação na Paraíba foi Manuel Maria Carneiro da Cunha, tio de Estevão José Carneiro da Cunha e que teria fugido com ele para a Inglaterra. Os paraibanos a muito tempo vinham reclamando a necessidade da criação de um estabelecimento de educação secundária na Província, pois assim não teriam que se deslocarem para outras Províncias em busca de sua ilustração, como já foi dito acima. A Província vinha já se desenvolvendo muito no ensino secundário e seria normal que o próximo passo fosse a criação de tal estabelecimento. Podemos perceber através dos documentos que trabalhamos que a partir de 1824 a criação de cadeiras de ensino tem um crescimento a cada ano²¹. Em um documento de 21 de Agosto D. Pedro ordena a criação de uma cadeira de Gramática latina, e o concurso para se preenchimento:

Faço saber a vós presidente da Província da Parahyba do Norte: que sendo-me presente em consulta da mesa do Desembargador do Paço o requerimento do Padre José Ignácio de Brito Barocha em que me suplicava a confirmação da Cadeira de Gramática Latina dessa cidade. E visto a informação que de vós se houve a que sobre tudo respondeu o desembargador da Coroa Soberana e Fazenda Nacional. Houve por bem por minha imediata resolução de oito de abril do corrente ano tomado na minha consulta, determinar que se processe o concurso a referida cadeira de Gramática Latina dessa cidade²².

Em 17 de Novembro em outro documento o Visconde de São Leopoldo fala na criação de várias cadeiras de primeiras e de gramática Latina na Província:

²¹ Não podemos esquecer que este crescimento de cadeiras de primeiras letras na Província sempre estava sujeito às oscilações econômicas da Paraíba e aos problemas com as secas. Quando estes problemas se agravavam as primeiras atitudes eram fechar as cadeiras.

²² Documento datado de 26 de maio de 1826, localizado na caixa 08 do Arquivo Histórico da Estado da Paraíba, da Fundação Espaço Cultural-Funesec.

Sendo presente a sua Majestade o Imperador o ofício, datado em 11 de agosto próximo passado, do Vice Presidente da Província da Paraíba relativo a criação de várias cadeiras de Primeiras Letras e de Gramática Latina em diferentes Vilas, Povações e lugares da mesma Província²³.

Em vários outros documentos podemos notar o avanço da criação de várias cadeiras de primeiras letras pela Província. Devido a isto a idéia da criação de um estabelecimento de segundo grau vai se fortalecendo. Esta idéia segundo MELLO (1996) surgiu em 1831, no governo de José Thomaz Nabuco de Araújo, logo após a queda do primeiro Império. Num período que segundo o autor:

“os espíritos ansiosos tornavam a cair na receio que lhes trouxeram os passados dias anteriores à Independência, foi que surgiu essa luminosa idéia da criação de um curso superior, libertando a mocidade paraibana da tutela literária dos cursos idênticos de Olinda e Recife, e abrindo, desde então uma nova era aos que procuravam nos livros uma educação integral”²⁴.

Em 7 de Junho de 1831 em sessão do Conselho Adjunto do Governo foi criado este curso que tinha a composição de 4 cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geografia e elementos de História e Francês. Mas apenas em 22 de Dezembro de 1832 que as cadeiras foram preenchidas, por falta de interessados no concurso, e foi criada mais uma cadeira a de Geometria. Em 1835 governava a Paraíba do Norte na condição de presidente em exercício Manuel Maria Carneiro da Cunha, tio de Estevão José Carneiro da Cunha. Manuel Maria Carneiro da Cunha, assim como seu sobrinho tratou de criar condições para que fossem criadas cadeiras de primeiras letras em vários locais da Província, como podemos perceber neste documento de 1835, com a publicação da Lei número 116 - de 16 de maio de 1835:

Art 1: Ficam criadas aulas de primeiras letras nas povoações de São José, da vila Nova de Souza, Catolé do Rocha, da de Pombal, Misericórdia, da de Pinço, Santa Luzia, da de Patos, Congo, da de São João, e de Boa Vista, da de Campina Grande, Mamanguape e Pilar. Os professores daquelas terão ordenado de 300\$000 e os destas de o de 400\$000 e mais uma gratificação de 100\$000 se ensinarem francês.

Art 3: As escolas de primeiras letras criadas por essa lei (de 16/10/1827)e as que já se acham criadas, excepto as da capital, serão de ensino vulgar e nelas de ensinarão as matérias designadas no artigo sexto da mesma Lei²⁵.

Neste ano a Assembléia Legislativa da Província agrupou as cadeiras que foram criadas em 1831 dando início a criação do Liceu Paraibano. Em 24 de Março de 1836 o presidente em exercício Manuel Maria Carneiro da Cunha assina a lei de número 11 que criava o Liceu. Que transcrevemos a seguir.

²³ Documento datado de 17 de Novembro de 1827, localizado na caixa 08 do Arquivo Histórico da Estado da Paraíba, da Fundação Espaço Cultural-Funescc.

²⁴ MELLO, Jose Baptista. **Evolução do Ensino na Paraíba**. João Pessoa: 1996 (Coleção Biblioteca Paraíba) p. 38

²⁵ **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. (orgs) Antonio Carlos Ferreira Pinheiro/Claúdia Engler Cury. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília, INEP, 2004, p. 15.

Lei Número 11. –A Assembléia Legislativa da Província da Paraíba do Norte:

Decreta:

Art.I – Fica estabelecido nesta cidade um Liceu que será composto dos professores das cadeiras de Latim, Francês, Retórica, Filosofia e primeiro ano de matemática, já criadas na mesma cidade, de dois substitutos, um para estas duas últimas cadeiras e outro para as primeiras, e finalmente, um porteiro.

Art.II- O Liceu será colocado no primeiro andar do edifício em que, presentemente se reúne a Assembléia Provincial. (....)

Art.V – Haverá no mesmo Liceu uma Biblioteca que se comporá dos livros constantes das relações feitas pelo Diretor que para este fim ouvirá os respectivos lentes.

(.....)

Paço da Assembléia Legislativa Provincial, 17 de março de 1836

(....)

Palácio do Governo da Paraíba, 24 de março de 1836

Manuel Maria Carneiro da Cunha

Vice-Pesidente²⁶.

Outro integrante desta família de grande destaque político, e que supera as fronteiras paraibanas é Joaquim Manuel Carneiro da Cunha. Natural de Pernambuco e morador no seu engenho Abiahy. Esteve entre os revoltosos de 1817 e por isso teve seus bens confiscados e ficou preso na Bahia até 1821, quando volta pra Paraíba e é eleito deputado á Assembléia Constituinte de 1823. Era um dos deputados mais preparados na constituinte de 1823, e na descrição de José Honório Rodrigues “junto com Montezuma um dos mais bravos”²⁷. Carneiro da Cunha como era conhecido na Assembléia teve vários confrontos políticos com os ilustrados irmãos Andradas que eram conhecidos pelo seu poder discursivo. Na discussão do projeto de criação de universidades no Brasil Carneiro da Cunha teve uma participação muito interessante. O projeto de criação de universidades foi apresentado pelo deputado do Rio Grande do Sul Fernandes Pinheiro na sessão de 14 de julho de 1823. Segundo CHIZZOTTI, o discurso do deputado foi “Tão veemente que, sem discussão foi requerida e unanimemente aceita a urgência e remetida incontinenti, à Comissão de Instrução”²⁸.

A Comissão de Instrução fica responsável pela formulação de um projeto de instalação das universidades, que é apresentado a 19 de agosto. Este projeto previa a instalação de duas universidades, sendo uma São Paulo e outra em Olinda. Logo que os debates se iniciaram a grande discussão foi sobre a localização de tal estabelecimento. Com cada proponente “invocando as vantagens matérias, culturais, morais, ecológicas e pedagógicas dos locais que defendiam”²⁹. Carneiro da Cunha no dia 28 de agosto apresenta uma emenda onde propõe que fossem criadas duas universidades, um no Maranhão e outra na Bahia. Além de

²⁶ Documento de criação do Liceu paraibano publicado por MELLO, Jose Baptista. **Evolução do Ensino na Paraíba**. João Pessoa: 1996 (Coleção Biblioteca Paraíba) p. 40

²⁷ RODRIGUES, José Honório. **A Assembléia Constituinte de 1823**. Petrópolis, Editora Vozes, 1974, p. 273.

²⁸ FÁVERO, Osmar.(org) **A educação nas constituintes brasileiras, 1823-1988**. 2. ed. Ver. Ampl.- Campinas, SP: Autores Associados, 2001, - (Coleção Memória da Educação), p. 44.

²⁹ Idem p. 46

um colégio de ciências naturais em São Paulo e outro em Mariana, e uma faculdade de Leis e outra de Filosofia, em Olinda. Para ele era importante que se começasse pela Bahia, pois esta era o centro do Brasil e havia nesta Província o gosto pelas letras e um grande número de alunos baianos em Coimbra. E uma de suas maiores preocupações havia distância das distrações, divertimento e do luxo da Corte³⁰. Muitas alternativas foram apresentadas com cada deputado defendendo sua Província e a maioria o rio de Janeiro. No dia 28 de agosto Carneiro da Cunha vai se pronunciar novamente fazendo uma longa análise e se opondo ao Rio de Janeiro como sede. Para o deputado paraibano São Paulo seria mais adequado para a sede da futura universidade brasileira. Seu discurso é concluído com a proposta de que se estabelecesse a universidade na Paraíba devido a fatores como “pelo clima moderado, abundância de viveres, todas as comodidades necessárias para a subsistência, e nenhuma distração ou divertimento”³¹. Alguns pesquisadores vêem um certo gracejo de Carneiro da Cunha chamando esta proposta de “divertida”. Mas se nos atentarmos para a sua fala quando defende a Bahia como sede da futura universidade brasileira podemos perceber as preocupações do deputado paraibano eram as mesmas. Ele defendia um local onde as diversões não atrapalhassem os estudos dos jovens, e a Cidade da Parahyba poderia sim ser a sede. Ou seja, de engraçada a proposta não tinha nada tinha sim uma séria preocupação por parte de Carneiro da Cunha de se evitar que os jovens ficassem envolvidos com os divertimentos da Corte de D. Pedro.

O Barão de Abiahy, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, outro integrante desta família quando foi presidente da Província em 1874 tomou várias medidas no sentido de aprimorar o ensino na Paraíba. Entre estas dá início à “era dos grupos escolares”³², instalou as aulas noturnas para instrução de adultos, criou uma cadeira de ensino normal no Liceu, entre outras medidas.

Concluindo podemos dizer que o Seminário de Olinda teve uma grande influência na propagação das idéias iluministas na Paraíba e alguns dos membros da família Carneiro da Cunha foram muito influenciados por tais idéias. Estevão José Carneiro da Cunha, por exemplo, com seus procedimentos em favor da educação e da melhoria das condições de vida da Capital estava na verdade atendendo a uma aspiração generalizada por educação que era uma característica daquele período na Paraíba, com os jovens tentando tomar seu espaço na sociedade a partir da ilustração. Ilustração esta que tinham que buscar em Pernambuco. A partir deste período a educação na Paraíba apesar de sempre estar ao sabor dos problemas econômicos e climáticos em maior ou menor escala vai tendo um

³⁰ DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL-1823. Câmara dos Deputados. 1973, sessão de 27 de agosto de 1823, t. I, p. 145.

³¹ DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL-1823. Câmara dos Deputados. 1973, sessão de 28 de agosto de 1823, t. I, p. 148.

³² Termo formulado pelo professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

crescimento. Se não em qualidade ao menos em números de cadeiras podemos perceber tal avanço. O ponto mais importante de toda esta luta neste período acreditamos que foi a criação do Liceu Paraibano no governo de Manuel Maria Carneiro da Cunha.

Finalizando procuramos neste artigo apresentar através de uma importante família da aristocracia agrária paraibana e da influência do Seminário de Olinda, o desenvolvimento educacional na Paraíba desde os anos de 1823 até os fins de 1874 quando temos um dos últimos integrantes desta família presidir a Província. Muitas questões ainda estão para ser analisadas, mas como nossa pesquisa no âmbito do Grupo de Pesquisa em História da Educação na Paraíba Imperial (GPHEPI) ainda está em andamento temos a certeza que temos ainda muito trabalho à frente na tentativa de preencher as lacunas da história da educação na Paraíba Imperial. Para quem se desafie a trabalhar com este período existem muitos temas instigantes ainda a serem trabalhados e como diz CURY (2006)

Em especial, para aqueles que têm como desafio se debruçarem sobre o período imperial na tentativa de compreender, mesmo que parcialmente, o tecido sócio-cultural, as relações de poder e econômicas que se deram nas Províncias do Império, no interior dos debates sobre educação que animaram à época as proposições dos legisladores e homens de letras³³.

³³ Cury, Claudia. **As práticas instrucionais no Lyceo Parahybano (1836-1889) Configurações dos planos de ensino e o ensino de História**. Congresso Luso Brasileiro, Uberlândia (2006)